

Sta. Bárbara vai cobrar de agressor o custo da violência

Decisão determina que despesas sejam pagas pelo autor do crime

A Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste aprovou um projeto de lei apresentado na sessão de terça-feira (20) que busca responsabilizar financeiramente autores de violência doméstica pelos gastos públicos gerados no atendimento às vítimas. A proposta estabelece que os custos arcados pelo poder público com serviços de saúde deixem de ser absorvidos pelo município e passem a ser ressarcidos diretamente pelos agressores.

A proposta

O projeto de lei é de autoria da vereadora Esther Moraes (PV) e determina que o responsável por violência física, sexual ou psicológica seja obrigado a reembolsar integralmente as despesas realizadas pelo SUS. Estão incluídos atendimentos médicos, cirurgias, internações, tratamentos psicológicos e demais procedimentos necessários à recuperação da vítima. O texto também contempla os gastos com dispositivos de segurança utilizados para a proteção da mulher.

A iniciativa municipal tem como objetivo regulamentar, no âmbito local, um dispositivo já previsto na legislação federal. De acordo com o projeto, os valores pagos pelos agressores serão destinados diretamente ao Fundo Municipal de Saúde. O cálculo do montante a ser ressarcido deverá considerar a tabela do SUS ou os custos efetivamente



O projeto aprovado prevê que despesas não recaiam sobre vítimas nem nos cofres públicos

te comprovados pela administração pública.

Outro ponto central da proposta é assegurar que não haja qualquer impacto financeiro para a mulher vítima de violência ou para seus dependentes. O texto deixa explícito que a responsabilidade pelo ressarcimento é exclusiva do agressor.

“O objetivo é dar efetividade à legislação federal no âmbito municipal, disciplinando a forma de arrecadação e destinação dos valores ressarcidos, garantindo que os recursos retornem ao Fundo Municipal de Saúde, fortalecendo as ações locais de atendimento, acolhimento e proteção

das vítimas, ao mesmo tempo em que protege o erário público”, afirma a vereadora na justificativa do projeto.

A parlamentar destaca que a proposta está alinhada aos princípios de justiça social. “A aprovação deste projeto de lei representa um importante avanço na implementação das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica, promovendo maior justiça, responsabilidade e sustentabilidade financeira às ações municipais de proteção às vítimas”, conclui Esther, lembrando que iniciativas semelhantes já foram apresentadas em outros municípios, como Varginha (MG).

Outras ações

Na mesma sessão, os vereadores aprovaram um projeto do vereador Careca do Esporte (PRD), que torna obrigatória a exibição de programação institucional em televisores instalados nas unidades de saúde, com o objetivo de ampliar o acesso da população a informações de interesse público.

Também integra a pauta o projeto do vereador Juca Bortolucci (MDB), que cria a Política Municipal do Voluntariado Transformador e do Exercício da Cidadania, voltada ao incentivo da participação social e ao fortalecimento das ações voluntárias no município.

PF cumpre mandados em operação internacional

Antes do amanhecer desta terça-feira, dia 20, agentes federais saíram às ruas para desarticular uma rota internacional de drogas que cruzava diferentes estados do país. A ofensiva marcou o início da Operação Expurgo, voltada ao combate de uma organização criminosa especializada no tráfico transnacional de entorpecentes, com ramificações no interior paulista e fora do Brasil. Ao todo, são cumpridos 12 mandados de prisão e 24 de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal.

A operação é conduzida pela Polícia Federal em cidades da Região Metropolitana de Campinas, como Americana e Santa Bárbara d'Oeste, além de Limeira, Piracicaba, Botucatu, São Paulo e Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Segundo a PF, parte dos investigados integra a facção criminosa PCC, que atua dentro e fora do sistema prisional. Alguns dos alvos já estavam presos por mandados preventivos, flagrantes ou condenações definitivas relacionadas ao tráfico de drogas.

Esquema

As investigações tiveram início após uma prisão em flagrante registrada em janeiro de 2025, na cidade de Limeira. Na ocasião, 15 pessoas de nacionalidade boliviana foram detidas e aproximadamente 17 kg de cocaína foram apreendidos. Entre os presos estavam dois adolescentes com documentos falsos e uma gestante, todos utilizados como “mulas” para o transporte da droga no próprio organismo.

O caso revelou um esquema estruturado de tráfico internacional, no qual cidadãos bolivianos recebiam cerca de R\$ 2 mil para engolir cápsulas de cocaína e realizar viagens clandestinas. Um dos envolvidos teria ingerido mais de 120 cápsulas, evidenciando o alto risco imposto aos transportadores pela organização criminosa.

As apurações ficaram a cargo da Polícia Federal, com apoio do setor de inteligência e do efetivo operacional do 10º Baep, responsável pela ocorrência que deu origem ao inquérito. O objetivo da ação desta terça-feira é atingir os principais núcleos do grupo criminoso, enfraquecendo sua logística e capacidade de atuação no tráfico internacional de drogas.

Santo Antônio de Posse confirma a chegada do maior resort da RMC

Santo Antônio de Posse, confirmou a chegada de um resort de grande porte, considerado o maior já anunciado para a Região Metropolitana de Campinas. O investimento, estimado em cerca de R\$ 100 milhões, é totalmente privado e promete transformar o cenário econômico e turístico do município, gerando empregos e ampliando sua visibilidade no interior paulista.

O anúncio foi feito pelo prefeito Ricardo Cortez, que apresentou o projeto ao público por meio das redes sociais na quarta-feira (21). Segundo ele, o empreendimento pertence a um grupo empresarial com experiência consolidada no setor hoteleiro, responsável pela administração de um resort em Minas Gerias. A decisão de expandir



Empreendimento privado vai gerar mais de 1.500 empregos

para São Paulo levou em conta estudos e o potencial turístico de Santo Antônio de Posse.

Impacto econômico

As obras estão previstas para começar em abril deste ano, com

a primeira etapa programada para ser entregue em 2028. Durante a fase de implantação, a expectativa é de geração de mais de 200 empregos diretos e aproximadamente 250 indiretos, movimentando diferentes setores da

economia local. Após a conclusão total do projeto, o número de postos de trabalho diretos pode ultrapassar 1.500, consolidando o resort como um dos maiores empregadores da cidade.

O complexo turístico deverá contar com cerca de mil apartamentos, além de infraestrutura de lazer. Pela dimensão e estrutura prevista, o empreendimento será o maior resort da categoria em toda a RMC.

Para o prefeito Ricardo Cortez, a chegada do resort representa um marco histórico. Segundo ele, a escolha demonstra confiança no município. “É um projeto que simboliza desenvolvimento, geração de oportunidades, fortalecimento da economia local e projeção do nome de Santo Antônio de Posse em âmbito nacional”, destacou.